



Ata de Audiência Pública

(art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

2º Quadrimestre de 2025

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2025, com início às 16:00 horas, na Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000 – a Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, por sua Diretoria de Finanças, apresenta à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal e aos interessados que compareceram à presente reunião, o **RESULTADO DA EXECUÇÃO DAS METAS FISCAIS** referente ao **Segundo Quadrimestre de 2025** do Município de Natividade da Serra.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ART. 9º....

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDA NO § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos do Município na Audiência Pública são:

- ☒ ***Demonstrar as receitas arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;***
- ☒ ***Demonstrar as despesas realizadas executadas no exercício;***
- ☒ ***Comparar as Receitas e Despesas do exercício;***
- ☒ ***Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;***
- ☒ ***Comparar as Metas e as Dívidas do município;***
- ☒ ***Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal e os previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.***

A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

O envio correto de dados corretos e dentro do prazo estabelecido por lei (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal- RGF), evita que o Município seja impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

E mais importante: demonstra que o gestor está atuando de acordo com os princípios preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, oferecendo à sociedade a transparência das informações necessárias ao controle social.



ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. O quadro abaixo demonstra que a Receita Bruta do exercício comportou-se de acordo com as previsões contidas no PPA, na LDO e na LOA, demonstrados desta forma:

(A) ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISTA ANUAL	ARRECADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	50.088.600,00	35.381.241,53	70,64
Receita Tributária	3.312.800,00	2.162.093,40	65,26
Receita de Contribuições	150.000,00	90.702,82	60,47
Receita Patrimonial	1.136.500,00	810.749,40	71,34
Receita de Serviços	25.000,00	8.600,00	34,40
Transferências Correntes	45.322.300,00	32.135.613,70	70,90
Outras Receitas Correntes	142.000,00	173.482,21	122,17
RECEITAS DE CAPITAL	3.606.000,00	1.496.216,34	41,49
Alienação de Bens	75.000,00	0,00	-
Transferências de Capital	3.531.000,00	1.496.216,34	42,37
TOTAL DA RECEITA	53.694.600,00	36.877.457,87	68,68

(B) DESPESAS

DESPESAS	AUTORIZADA ANUAL (Atualizada)	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	50.582.307,15	30.392.636,07	60,09
Pessoal e Encargos	25.497.797,77	15.899.346,86	62,36
Juros/encargos da Dívida	500,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	25.084.009,38	14.493.289,21	57,78
DESPESAS DE CAPITAL	9.966.460,43	3.409.721,28	34,21
Investimentos	7.997.460,43	2.269.046,98	28,37
Amortização da Dívida	1.969.000,00	1.140.674,30	57,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.080,00	0,00	-
TOTAL DA DESPESA	60.551.847,58	33.802.357,35	55,82
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A - B) - SUPERÁVIT		3.075.100,52	8,34%

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária (pela despesa liquidada) demonstrada acima apresentou **R\$ 3.075.100,52 (8,34%)**, atendendo ao estabelecido nas peças Orçamentárias – PPA, LDO e LOA.

No comportamento da execução da despesa, procurou-se realizar dentro da normalidade, conforme preveem as peças orçamentárias, nos parâmetros da legislação vigente.

ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para facilitar a análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

RECEITA FISCAL LÍQUIDA - refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de terceiros recebidos);

DESPESA FISCAL LÍQUIDA: trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O **RESULTADO PRIMÁRIO** apura a diferença entre a **Receita Fiscal Líquida** e a **Despesa Fiscal Líquida**, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).



RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	PREVISTA NO QUADRIMESTRE	REALIZADA NO QUADRIMESTRE	ÍNDICE %
Receitas Correntes	50.088.600,00	35.381.241,53	70,64
Receitas de Capital	3.606.000,00	1.496.216,34	41,49
SUBTOTAL	53.694.600,00	36.877.457,87	68,68
DEDUÇÕES			
(-) Rendas de Aplicações Financeiras	1.022.500,00	894.572,46	87,49
(-) Receitas de Alienações de Ativos	75.000,00	0,00	-
SUBTOTAL	1.097.500,00	894.572,46	81,51
I- RECEITA FISCAL LÍQUIDA	52.597.100,00	35.982.885,41	68,41

DESPESAS FISCAIS	AUTORIZADA NO PERÍODO	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
Despesas Correntes	50.582.307,15	30.047.980,36	59,40
(-) Juros e Encargos da Dívida	500,00	0,00	-
SUBTOTAL	50.581.807,15	30.047.980,36	59,40
Despesas de Capital	9.966.460,43	3.409.721,28	34,21
(-) Amortização da Dívida	1.969.000,00	1.140.674,30	57,93
SUBTOTAL	7.997.460,43	2.269.046,98	28,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.080,00	-	-
(II) DESPESA FISCAL LÍQUIDA	58.579.267,58	32.317.027,34	55,17
(-) III- Restos a Pagar Processados e Não Processados Pagos		1.978.032,96	-
IV- RESULTADO PRIMÁRIO - SUPERÁVIT		1.687.825,11	4,69

O **SUPERÁVIT PRIMÁRIO de R\$ 1.687.825,11 (4,69%)**, demonstra que no período, foram cumpridas as metas de **Resultado Primário** previstas nas peças orçamentárias do município (**Meta Fixada na LDO 2025 = R\$ 906.496,00**).

ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e seu cálculo utiliza a capacidade financeira para fazer face aos pagamentos das dívidas.

RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	-4.627.191,04	-7.247.638,50
RESULTADO NOMINAL (B-A)		1.967.271,46

O resultado nominal apurado acima no valor de **R\$ 1.967.271,46**, demonstra o cumprimento de **113,56% da meta prevista de Resultado Nominal em nossa LDO 2025 = R\$ 1.732.315,00**.

DESPESAS COM PESSOAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		2º QUADRIMESTRE	
	48.905.174,49		51.371.494,81	
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL	R\$	%	R\$	%
	20.555.941,07	42,03	22.757.659,60	44,30
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR.ÚN.ART.22 LRF)	25.088.354,51	51,30	26.353.576,84	51,30
LIMITE LEGAL (ART. 20 LRF)	26.408.794,22	54,00	27.740.607,20	54,00
DESPESA LÍQ. INATIVOS E PENSIONISTAS	291.129,51	0,60	304.397,40	0,59
LIMITE LEGAL (§1º,ART.2ºLEI FEDERAL 9.717/98)	5.868.620,94	12,00	6.164.579,38	12,00

Conforme demonstrado acima, o percentual de **44,30%** obtido no período se encontra abaixo do limite para gastos com pessoal estabelecido pelo art. 20 da LC 101/2000.



DÍVIDA CONSOLIDADA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		2º QUADRIMESTRE	
	48.905.174,49		51.371.494,81	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	R\$	%	R\$	%
	7.214.541,49	14,75	6.073.865,72	11,82
LIMITE LEGAL (ARTs 3º E 4º - RESOLUÇÃO Nº 43 SENADO)	58.686.209,39	120,00	61.645.793,77	120,00

O demonstrativo comprova que o saldo da dívida a longo prazo está dentro do limite legal estabelecido pelo Senado Federal de 120% da Receita Corrente Líquida.

CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

SAÚDE

Descrição	Receitas de Impostos + Transf.	Limite Legal	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Valor Aplicado com Recursos Próprios na Saúde	27.596.291,66	4.139.443,75	5.699.108,27	5.538.011,40
Percentual Aplicado em Saúde (%)	100%	15%	21,38%	20,07%

EDUCAÇÃO

Descrição	Receitas de Impostos + Transf.	Limite Legal	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Valor Aplicado no Ensino (Art. 212 CF)	28.222.915,99	7.055.729,00	8.511.572,31	8.037.334,55
Percentual Aplicado no Ensino (%)	100%	25%	30,16%	28,48%

FUNDEB

Descrição	Receitas do Fundeb + Aplic. Financeira	Limite Legal	Despesa Empenhada/Liquidada	Despesa paga
Valor Aplicado no Magistério	3.088.432,93	2.161.903,05	2.769.094,10	2.719.453,26
Percentual Aplicado com o Magistério (%)	100%	70%	89,66%	88,05%

PUBLICAÇÕES

- ☒ Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º Quadrimestre/2025.
- ☒ Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 4º Bimestre/2025.
- ☒ Relatórios publicados no jornal “Diário de Taubaté” Edição nº 14.646, de 11/09/2025.
- ☒ Encaminhamento das publicações dos relatórios da RREO e do RGF ao sistema AUDESP no dia 23/09/2025.
- ☒ Edital de audiência publicado no jornal “Diário de Taubaté” Edição nº 14.654, de 23/09/2025.

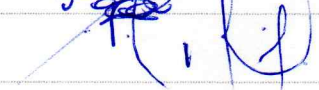
RESULTADO APURADO - CUMPRIMENTO DOS LIMITES E PRAZOS LEGAIS

- ☒ O Município está com as finanças em equilíbrio.
- ☒ O Município cumpriu os limites para gastos com pessoal.
- ☒ Cumpriu os limites para Dívidas de Longo Prazo.
- ☒ Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º Quadrimestre/2025.
- ☒ Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 4º Bimestre/2025.
- ☒ O Município comprovou a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal com Saúde e Educação, inclusive o Fundeb.

Para atendimento à legislação vigente, ao encerramento da sessão foi lavrada a presente ata, e assinada a lista de presença por todos os presentes, que faz parte integrante da ata. Natividade da Serra, 25 de setembro de 2025.



LISTA DE PRESENÇA À AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REFERENTE AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2025, COM INÍCIO À PARTIR ÀS 16:00 HORAS, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATIVIDADE DA SERRA.

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	Dira dos Santos	21.926.019-9	
2	Shamirys J. de Almeida	45.958.964-7	
3	Alan Elias Montino	498461518	
4	Everson Cristian	117571184-1	
5	Elton Jose-dos Santos	34687859-7	
6	Rute A. Santana dos Santos	54.173.030-7	
7	Daniel Cristina Meyer Mesquita	30.567.371-3	
8	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA	19489466-6	
9	Fabiana Cip. L. Gyl	43.334.374-6	
10	ROBERTO GIUNTA	14.649.333	
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			